

divide em regimes público e privado. Para isso, analisaram-se documentos oficiais das empresas, da prefeitura e da Câmara Municipal e outros, como a obra historiográfica de Caodaglio e Cytrynowicz,¹⁶ bem como se estruturou um banco de dados com informações oficiais sobre o capital declarado e quadro societário das empresas, coletadas junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucep). Também foram coletadas, junto à Amtur, informações relativas aos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos prestados pelas empresas, em regimes público e privado. A análise desse conjunto de informações permitiu tecer a formação do mercado, a partir de análise documental das empresas, pela análise e interpretação de dados societários e financeiros. Para além disso, também se recuperou brevemente a história da comunidade da poluição pública, por meio das associações locais e entrevistas com seus membros.

AS EMPRESAS DO REGIME PÚBLICO

Um número relativamente pequeno de empresas prestou serviços de limpeza pública em São Paulo a partir da década de 1960, quando não havia empresas especializadas nesse tipo de operação. A "vanguarda" do setor era formada por empresas de construção civil, terraplanagem e pavimentação. O primeiro contrato foi firmado em 1966 com a Terpa-Lipiter, uma associação de duas empresas do mesmo grupo.¹⁷ Em 1967, dois setores das áreas operadas pelos serviços de limpeza já eram administrados por empresas privadas: Vega Sopave, Terpa-Lipiter, Terpa Empreiteira e Lav-Obras — o restante das áreas era dividido diretamente pelo município. Em 1973, os contratos da Terpa-Lipiter e da Vega Sopave foram extintos e as principais atividades passaram a ser realizadas e gerenciadas por parte das empresas com a prefeitura de São Paulo. Basicamente, as empresas de coleta e transporte de resíduos sólidos passaram a ser administradas pela prefeitura principal, chegando a 16,1% em 1988. Já o volume de resíduos coletados pelas empresas privadas, juntas, 36% do volume de resíduos coletados em São Paulo em 1988, chegou a 16,1% em 1988. O crescimento das empresas privadas ocorreu em 1988, com o acerto de Janio Quadros (1986-1988), ocorrido em 1988, com o volume de resíduos coletados pelas empresas privadas passando de 16,1% em 1980 e 86% em 1988. No mesmo ano, o município passou a ser administrado pela prefeitura principal, passando de 16,1% em 1980 e 86% em 1988. O crescimento das empresas privadas ocorreu em 1988, com o acerto de Janio Quadros (1986-1988), ocorrido em 1988, com o volume de resíduos coletados pelas empresas privadas passando de 16,1% em 1980 e 86% em 1988. No mesmo ano, o município passou a ser administrado pela prefeitura principal, passando de 16,1% em 1980 e 86% em 1988. O crescimento das empresas privadas ocorreu em 1988, com o acerto de Janio Quadros (1986-1988), ocorrido em 1988, com o volume de resíduos coletados pelas empresas privadas passando de 16,1% em 1980 e 86% em 1988. No mesmo ano, o município passou a ser administrado pela prefeitura principal, passando de 16,1% em 1980 e 86% em 1988.

[18] São Paulo, 1992.

[17] Caodaglio e Cytrynowicz, 2012.

[16] Caodaglio e Cytrynowicz, 2012.

A DESCOBERTA DO VIVER PERIFÉRICO

Articulações do popular na arquitetura paulista (1960-1980)¹

JOSÉ HENRIQUE BORTOLUCI*

RESUMO

Este trabalho trata da relação entre arquitetos paulistas e as questões do “povo” e da “habitação popular” — tanto enquanto construções discursivas quanto como realidades urbanas na São Paulo entre os anos 1960 e 1980. Nos anos 1970, em meio ao refluxo das tentativas iniciais de meados da década de 1960 de colocar a habitação popular no centro da agenda de arquitetos no campo amplo das esquerdas, a relação entre arquitetos e as populações pobres periféricas passa por uma primeira virada paradigmática.

PALAVRAS-CHAVE: *arquitetura paulista; habitação; periferias; sociologia do espaço construído.*

The Discovery of Peripheral Living: Articulations of the Popular in São Paulo Architecture (1960-1980)

ABSTRACT

This article addresses the relationships between architects and the questions of “the people” and “social housing” as discursive constructions and urban realities in São Paulo, from the 1960s until the 1980s. In the 1970s, in the midst of a crisis of initial attempts to situate the problem of low-income housing at the center of architects’ agendas within the political left, the relationship between progressive architects and poor peripheral populations goes through an initial paradigmatic turn.

KEYWORDS: *São Paulo architecture; housing; peripheries; sociology of the built environment.*

[*] Fundação Getúlio Vargas – São Paulo – São Paulo. jose.bortoluci@fgv.br

[1] Este trabalho é resultado parcial de pesquisa do doutorado no Departamento de Sociologia da Universidade de Michigan. O autor agradece o financiamento da Capes, da Fundação Fulbright e da Rackham Graduate School, além dos comentários e sugestões de George Steinmetz, Julia O’Donnell, Mario Brum e do parecerista anônimo.

[2] Engels, 2009.

O desenvolvimento da arquitetura moderna, tanto em suas várias vertentes internacionais quanto no Brasil, esteve intimamente ligado ao desenvolvimento da reflexão acerca da “questão da moradia”. Entendo essa como uma das facetas mais importantes daquilo que, ao menos desde o texto fundamental de Engels, as várias tradições intelectuais da esquerda acadêmica convencionaram chamar de “a questão social”:² a formação de numerosos contingentes populares urbanos pauperizados, o aspecto mais dramático da rápida expansão das cidades modernas na esteira da industrialização. Na historiografia da arquitetura moderna, é bastante comum a afirmação de que a temática da construção racional — de preferência com componentes pré-fabricados, destinada às crescentes populações urbanas das cidades do Norte global desenvolvido — ocupou espaço central na reflexão e na prática das vanguardas arquitetônicas, seja as da primeira

fase áurea do modernismo arquitetônico, entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, seja nas várias releituras do modernismo que começam a surgir no pós-Segunda Guerra.³

Algo que poucas vezes é analisado nessa literatura, tanto internacional quanto brasileira, é a diversidade de práticas materiais e discursivas, interações e rotinas institucionais a partir das quais se define o que é o “popular” — e, no limite, o que é o próprio povo. Em outras palavras, essa literatura marginalizou uma investigação histórica e etnográfica dos contatos, atritos, repertórios e diálogos (ou, como é bastante comum, da falta destes) a partir dos quais agentes centrais na produção do espaço construído formularam ideias e práticas sobre o que é o “povo” para o qual se deveria construir, modernamente, habitações. Habitações que comporiam, diga-se de passagem, uma imensa porção do espaço construído urbano, seja nos subúrbios parisienses ou cariocas, seja nas lâminas residenciais em Saint Louis ou Brasília.

Este trabalho trata da relação entre arquitetos paulistas e as questões do “povo” e da “habitação popular” — tanto enquanto construções discursivas quanto como realidades urbanas na São Paulo entre os anos 1960 e 1980. A temática da habitação sempre foi central no discurso dos arquitetos paulistas, em suas múltiplas manifestações e plataformas. Nesse sentido, ele não se distancia dos debates arquitetônicos centrais no modernismo europeu, norte-americano e soviético, assim como de outras sociedades periféricas. Na verdade, a temática da habitação, ao menos nos discursos de arquitetos brasileiros de meados da década de 1960, tornou-se verdadeira obsessão. Até então, apesar da construção de um grande número de projetos modernos para a habitação popular, em especial os importantes projetos financiados pelo Iapi⁴ nas décadas de 1930 e 1940, a habitação popular ocupou papel secundário na arquitetura do país, ao menos entre aquilo que se convencionou tratar como o grupo hegemônico — a chamada Escola Carioca, capitaneada por Lucio Costa e Oscar Niemeyer. A já mais que batida crítica do arquiteto suíço Max Bill — que, em controvertida visita ao Brasil em 1953, condenou a arquitetura de Niemeyer e seus discípulos pelo excesso de formalismo e déficit de racionalidade e replicabilidade — aponta para tal ausência.

De forma muito mais profunda e contundente, é o crítico e historiador italiano Giulio Carlo Argan que, em 1954, delineou o paradoxo de que a vitalidade da arquitetura brasileira emergiu em uma sociedade em que a modernidade se configurou preservando traços estruturantes do passado, sem a liderança de forças populares que subvertessem tal ordem. Em suas palavras, “uma autossatisfação imatura e autoindulgente, obtida na escala limitada das construções individuais, obscureceu uma análise mais profunda das razões sociais que haviam informado a criação dos cânones modernos na Europa”.⁵

[3] Banham, 1980; Frampton, 2007; Benevolo, 1977.

[4] Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, criado pela Lei n. 367, de 31 de dezembro de 1936.

[5] Citado em Wisnik, 2004, p. 28, tradução minha.

Contudo, esse distanciamento em relação à questão da moradia popular sofreu uma primeira tentativa de revés em meados da década de 1960. Isso se deve, em grande medida, à politização crescente do período, sobretudo durante a presidência de João Goulart, que atinge em cheio os círculos políticos, majoritariamente progressistas, de que fazem parte os arquitetos mais importantes do país. Um marco desse período é o Seminário Nacional de Arquitetura, de 1963, organizado pelo departamento carioca do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), com participação de diversos arquitetos paulistas. Além disso, nos primeiros anos da década, a temática do déficit habitacional e das péssimas condições de vida nas favelas e outros bairros populares brasileiros passou a ocupar mais espaço nas revistas da área, principalmente a carioca *Arquitetura* e as paulistas *Acrópole* e *Habitat*.

Este trabalho focará nos anos 1970, quando, em meio ao refluxo das tentativas iniciais de meados da década de 1960 de colocar a habitação popular no centro da agenda de arquitetos no campo amplo das esquerdas, a relação entre arquitetos e as populações pobres periféricas passou por uma primeira virada paradigmática. Para isso, apresento brevemente como se configurava a questão da política da arquitetura na fase anterior da arquitetura paulista, durante o período áureo do programa brutalista (décadas de 1950 e 1960). O problema central aqui é a emergência de uma nova forma de articular-se com as forças reorganizadas na periferia da cidade de São Paulo, em ascensão ao longo do período analisado, e de como gerar novos repertórios projetivos e construtivos que se adequassem àquela gramática política emergente. Assim, este artigo também aponta para a necessidade de reflexão acerca das interlocuções, encontros e atritos entre movimentos sociais diversos e grupos profissionais e intelectuais em um período de crescente mobilização no país, algo que iria desaguar no momento crucial de redemocratização política em fins dos anos 1980 e nas várias experiências de participação popular nas chamadas “prefeituras populares”, no início dos anos 1990.

Para além desse universo empírico específico, este artigo é parte de um projeto de pesquisa mais abrangente, com implicações teóricas para a compreensão das relações entre as práticas semióticas e materiais no campo da produção do espaço construído, sobretudo na arquitetura, e das gramáticas políticas que circulam em diferentes setores da sociedade. Meu argumento geral é que não existe uma arquitetura popular por excelência, da mesma forma como não existe uma arquitetura progressista, conservadora, ou qualquer outra adjetivação de caráter político que se queira. Ao contrário, práticas de projeto, construção e ocupação do espaço construído servem de mediadores

entre gramáticas políticas (discursos e práticas acerca de como se deve organizar a sociedade, como funciona a agência social e como recursos e capacidades devem ser socialmente distribuídos) e o tipo de espaço construído.

Dessa forma, o campo da arquitetura e o da construção, amplamente entendidos (inclusive em suas mediações com políticas públicas e o Estado de forma mais ampla), participam no processo não apenas de produção do espaço construído, mas também de produção do social — e, nesse caso, do popular. Entre os vários circuitos de práticas, a produção do habitar urbano desempenha papel central. Assim, o “povo” não é uma realidade que preexiste à ação dos atores sociais,⁶ mas ele é articulado material e retoricamente nos diversos circuitos de práticas sociais. Tal articulação não é apenas retórica, como sugere em vários momentos a literatura baseada nos trabalhos de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe ou no pragmatismo francês.⁷ Tal articulação do popular é também material, algo que procuro elaborar a partir de insights teóricos dos estudos materiais⁸ e da chamada área de estudos sociais de ciência e tecnologia.⁹

No restante deste trabalho, exponho brevemente como há uma virada nas gramáticas políticas vigentes na intelectualidade progressista brasileira entre os anos 1960 e 1970, que, associada a mudanças no próprio campo das práticas projetivas e construtivas do campo arquitetônico e ao princípio de emergência de novos movimentos sociais urbanos, leva a uma nova concepção do que é projetar e construir moradias populares em São Paulo.

ARQUITETURA E A QUESTÃO SOCIAL EM SÃO PAULO NOS ANOS 1950 E 1960

Nas décadas de 1950 e 1960, o debate na arquitetura (brutalista) de São Paulo era centrado em um experimentalismo formal e tecnológico, sobretudo em residências burguesas, e um ímpeto industrializante que permitiria, nas aspirações dos atores envolvidos, levar habitações modernas à crescente população periférica da cidade. A forma como essa temática aparece nos discursos e nas práticas desses arquitetos é diretamente afetada pela formação do campo arquitetônico local e pela maneira como este refrata as gramáticas políticas (sobretudo de esquerda) que circulam entre a intelectualidade brasileira, e paulista em particular.

Na historiografia da arquitetura paulista, a questão da política geralmente vem descrita de duas formas, ambas bastante relacionadas à comumente assumida liderança intelectual e política do comunista João Vilanova Artigas: a ideia de uma ética construtiva, projetual e material, difusamente definida, e uma preocupação com a industrialização da construção.¹⁰

[6] Laclau, 2007.

[7] Boltanski; Thévenot, 2006; Laclau; Mouffe, 2014.

[8] Keane, 1997; Miller, 2005.

[9] Latour, 1999; Gieryn, 1999.

[10] Dedecca, 2012a; Bastos; Zein, 2010.

Em termos bastante sucintos, Marlene Acayaba resume alguns dos elementos centrais da ética-estética brutalista:

*A arquitetura de São Paulo dos anos 60 deu ênfase ao espaço e não à forma, ao projeto social e não ao caráter simbólico através de seus “dez mandamentos”: 1. As casas serão objetos singulares na paisagem; 2. A lógica da implantação será determinada pela situação geográfica; 3. O programa será resolvido num único bloco; 4. A casa se pretende modelo ordenador para a cidade; 5. A casa será uma máquina de habitar; 6. A casa será resolvida em função de um espaço interno próprio: o pátio, o jardim interno ou o vazio central; 7. Volumes independentes conterão os espaços necessariamente fechados e definirão os espaços abertos; 8. Internos ou externos, os espaços evoluem um do outro; 9. Os materiais serão genéricos e, se possível, industrializados; 10. As relações sociais se darão sob uma nova ética.*¹¹

[11] Acayaba, 1985, p. 47.

Eu gostaria de sugerir que a ética construtiva e projetual assim como o ímpeto industrializante são formas de resolver um problema central — técnico, semiótico e político — da produção do espaço construído: o problema da *passagem do uno ao múltiplo*. Esse problema marca a reflexão e a prática de arquitetos interessados no conteúdo político de suas práticas em todo o mundo. O problema pode ser descrito da seguinte forma: de que maneira a atuação dos arquitetos, muito comumente limitada ao edifício individual, se refere à questão do múltiplo ou à necessidade de intervir na produção do espaço urbano e na configuração de futuros possíveis para a coletividade? Tanto a ética-estética projetual que marcou o brutalismo paulista quanto seu ímpeto industrializante são formas de avançar soluções políticas e construtivas para tal dilema, sobretudo pela tentativa de solucionar, em condições bastante limitadas, o problema do déficit habitacional. E em ambos se configura uma certa imagem de povo e do social.

Um elemento fundamental dessa ética projetual é o que proponho chamar de uma *indexicalidade metafórica*. Nesse mecanismo crítico, índices do trabalho funcionam como metáforas para um estado de coisas social. Sobretudo nos projetos mais autônomos de Artigas e de arquitetos que partilhavam dos preceitos centrais do brutalismo, como Paulo Mendes da Rocha, a construção de “casas burguesas” servia como experimento intelectual para uma crítica material do social. Uma crítica dotada de ironia, especialmente nos usos de técnicas tidas como arcaicas no manejo do concreto aparente. O contraste entre o concreto — um material eminentemente moderno — e o exagero quase performático na impressão das formas de madeira no material — um índice do baixo nível de industrialização da produção no país e também da preponderância de relações tradicionais de produção —

servia, em muitas obras, como metáfora para o drama da nação em seu processo de modernização conservadora. Essa ironia metafórica também aparece em uma série de outros contrastes que Artigas, mais do que ninguém, imprimia em suas obras — por exemplo, o contraste entre leveza dos pilares e o aparente peso das lajes no prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), ou entre o moderno concreto aparente e o uso de um “arcaico” tronco como estrutura de sustentação na Casa Elza Berquó.

A elaboração dessa política da ironia crítica, que trata a questão social como drama a ser metaforicamente tematizado pelo arquiteto, deve-se, em grande medida, à ausência de condições de uma intervenção de massa na produção do espaço construído no período. Até o final da década de 1960, a arquitetura paulista praticamente não foi chamada a contribuir na produção de habitações sociais. Mais autônoma com relação ao estado quando comparada à arquitetura carioca, a arquitetura de São Paulo tinha como principais clientes uma classe média e alta intelectualizada e, em menor grau, o estado, mas quase exclusivamente na construção de prédios administrativos, escolas e outros edifícios públicos — sobretudo durante a gestão Carvalho Pinto (1959-1963), quando o governo estadual passa a financiar um grande número de obras públicas em todo o estado —, mas ainda sem qualquer representatividade no campo da habitação social.

Nessa primeira modalidade de política, o povo se apresenta como realidade distante, apenas tematizado como ausência ou como uma presença futura, distante, dependente do destravamento das forças históricas que impediam o desenvolvimento nacional. Uma arquitetura popular aparecia como uma não possibilidade antes de tal desenvolvimento — e, dada essa impossibilidade, restava o espaço da crítica (e da arquitetura enquanto crítica).

Em uma famosa conferência, Vilanova Artigas resume esse estado de coisas:

Mas é claro também que, enquanto a ligação entre os arquitetos e as massas populares não se estabelecer, não se organizar, enquanto a obra dos arquitetos não tiver a suma glória de ser discutida nas fábricas e nas fazendas, não haverá arquitetura popular. Até lá, uma atitude crítica frente à realidade.¹²

[12] Artigas, 1981, p. 77.

Artigas reiterou essa posição até seus últimos dias. Em sua defesa de titularidade na FAU-USP, poucos meses antes de seu falecimento, ele retomaria aquele ponto:

Escrevi um artigo em 1952 intitulado “Os caminhos da arquitetura moderna”, o qual considero válido até hoje, onde chamo a atenção para

*a impossibilidade de o capitalismo, universalmente, resolver a temática social da arquitetura, a ponto de levá-la ao conhecimento das camadas populares, do povo em geral, e de fazer a harmonia entre seus aspectos sociais com o desenvolvimento histórico de nosso país.*¹³

[13] Artigas, 1989, p. 19.

Contudo, a segunda modalidade da política do brutalismo paulista, que convive em tensão permanente com a primeira, tenta resolver de forma diferente o dilema do uno e do múltiplo, a partir de uma série de experimentações, mesmo que em geral limitadas, de industrialização ou racionalização da construção. A gramática política dominante entre arquitetos do período ainda alardeava, em grande medida, a ideia de que a técnica seria libertadora¹⁴ — algo que ressoava com as crenças do Partido Comunista no período e, de maneira mais geral, com a aliança política e intelectual que definia os contornos do nacional-desenvolvimentismo.

[14] Artigas, 1989.

As revistas especializadas do período publicaram, principalmente ao longo da década de 1960, um grande número de artigos acerca de técnicas construtivas racionais, principalmente de componentes pré-fabricados. No limite, alguns proponentes mais eufóricos da industrialização chegavam a recomendar a eliminação do tijolo na construção — o tijolo, aqui, também como metáfora para a mão de obra pouco qualificada que abastecia a “indústria” da construção civil no país à época. O problema do déficit habitacional aparece em um número bastante grande de artigos e intervenções de arquitetos, inclusive fornecendo a temática principal no Simpósio de Habitação de 1963. Por exemplo, o engenheiro Teodoro Rosso, em artigo intitulado “Um imperativo inadiável: a industrialização da construção”, argumenta que:

*no nosso país, onde as fontes estatísticas mais categorizadas indicam um déficit atual de 3 milhões de residências, constroem-se cerca de 100 mil casas por ano. Como consequência, houve por exemplo, no estado da Guanabara, um aumento de favelados de 300 mil em 1952 a 1,2 milhão em 1960 [...]. O baixo rendimento de uma classe sacrificada, constituída essencialmente por indivíduos descolados de seu habitat natural, socialmente desajustados, nômades por necessidade, não pode se-lhe imputar como uma deficiência natural e humana. Problema discutido universalmente, não tem encontrado solução satisfatória mesmo nos países onde o métier de pedreiro, verdadeiro artesanato tradicional, transmite-se de pai para filho, como real herança de arte e habilidade. As tentativas de aplicar a essa classe o taylorismo não foram além de modestos resultados. Entre nós, na situação atual de nossa mão de obra, a aplicação dos princípios da racionalização do trabalho representa verdadeira utopia.*¹⁵

[15] Rosso, 1962, p. 32.

Contudo, apesar dessa articulação diversa do problema do uno e do múltiplo, a imaginação acerca do “povo” que circula no campo à época é muito menos informada por uma experiência real de contato com essas populações e seus ambientes de vida e muito mais uma visão ou simplificada ou mítica acerca destes, em muito influenciada pelo nacional-desenvolvimentismo dominante entre as elites intelectuais do período. A questão social em seu aspecto urbano é formulada fundamentalmente a partir do problema do “déficit de moradias”; ou seja, outras questões acerca do caráter político da produção do espaço urbano — sobretudo localização na cidade, integração entre diferentes formas de ocupação do urbano, métodos construtivos comunitários e outras temáticas que, décadas mais tarde, seriam formuladas a partir do conceito de “direito à cidade” — apresentam pouca ressonância.

Em São Paulo, os setores culturalmente dominantes ou mesmo o setor comercial do campo arquitetônico apresentam uma enorme distância em relação às formas reais de viver na cidade próprias das populações de mais baixa renda. Há muitas razões para isso: até meados da década de 1960, a formação em arquitetura era das mais elitistas, havendo apenas duas escolas que ofereciam o curso na cidade (a USP e o Mackenzie); além disso, a sociabilidade dos arquitetos era bastante restrita espacialmente: as duas escolas de arquitetura eram vizinhas próximas e se localizavam a poucas quadras da sede do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), na esquina das ruas Bento Freitas e General Jardim. Naquela vizinhança também se localizavam os escritórios dos principais arquitetos do período.¹⁶ E, para além das origens de classe e da sociabilidade restrita, a arquitetura paulista não escapou de uma série de vícios da intelectualidade progressista da época, que ou via o “povo” como uma categoria mítica, porém futura, ou como passivos espectadores do drama social nacional.¹⁷

É certo que essa ausência de uma aproximação real com movimentos populares de luta pela moradia e pelo direito à cidade não se deve apenas ao estado do campo arquitetônico, às marcas de origem dos discursos e práticas nele dominantes ou mesmo à gramática política hegemônica na intelectualidade de esquerda do período, marcada pelo misto de esperança de messianismo popular e vanguardismo.¹⁸ Essa construção do popular sem o contato com ele também se deve às características da própria formação e rápida expansão da cidade de São Paulo nas décadas do pós-guerra e da forma típica do associativismo político periférico. Estudos clássicos sobre as dimensões políticas da formação de São Paulo apontam que, desde a década de 1940, a ocupação das periferias se deu sobretudo pelo loteamento irregular, em muitos casos informal, de territórios cada vez mais distantes do centro e desprovidos de infraestrutura, com habitações produzidas por meio da autoconstrução de base familiar, em geral sem qualquer

[16] Dedecca, 2012b.

[17] O cinema brasileiro foi particularmente produtivo em tematizar essa dualidade, assim como as ambiguidades nas relações entre intelectuais e as camadas menos abastadas da população. Ver Xavier, 2007 e Bernardet, 1985.

[18] Brandão, 1997; Xavier, 2007.

[19] Kowarick, 1976; Cardoso; Singer, 1975.

[20] Como no caso de São Miguel Paulista, retratado com precisão no importante estudo de Paulo Fontes. Ver Fontes, 2008.

forma de apoio técnico especializado. O associativismo político popular se dava, na maioria dos casos, nesses bairros em construção e obedecia frequentemente a uma lógica populista, uma vez que os moradores formavam associações para pressionar “seus vereadores” em troca de compromissos de apoio eleitoral.¹⁹ Em alguns poucos casos, esse associativismo periférico ganhava maior densidade política.²⁰

Por essas razões, em ambas as dimensões da política do brutalismo opera uma gramática política em que o popular existe à distância, tanto espacial (a periferia em expansão da cidade autoconstruída, distante dos espaços de sociabilidade dos arquitetos) quanto temporal (o povo do futuro, que um dia deveria emergir enquanto agente histórico). Essa gramática política compunha com as práticas arquitetônicas em voga no período um *programa* dominante à esquerda; um programa político e material para o ambiente construído urbano que irá se alterar de forma substancial a partir do início da década de 1970.

DÉCADA DE 1970: ABERTURAS E RECONFIGURAÇÕES

Já em fins da década de 1960, começam-se a criar os primeiros canais que conectam diretamente o campo arquitetônico às experiências vividas dessas populações — entre eles, a publicação da importante pesquisa sobre habitação popular autoconstruída de Carlos Lemos e Maria Ruth do Amaral Sampaio e a crítica à casa popular levada a cabo por Sérgio Ferro, em associação com as experimentações construtivas com os demais arquitetos da chamada Arquitetura Nova (Flavio Império e Rodrigo Lefèvre). Esse primeiro contato com a habitação popular e as populações periféricas lentamente se associou a uma crítica às práticas projetuais, construtivas e profissionais que marcaram a escola dominante da arquitetura paulista, liderada pela figura de Vilanova Artigas, e pelas rotinas de visita às regiões periféricas da cidade que passam a marcar parte do ensino de arquitetura na década de 1970.

O regime militar impôs um enorme fardo ao campo da arquitetura em todo o país. Em São Paulo, esse prejuízo teve diversas faces, a começar por aquilo que se tornou um símbolo da perseguição a intelectuais progressistas: a expulsão da universidade de alguns dos mais importantes arquitetos do período, em particular Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha e Jon Maitrejean, professores da FAU-USP. Além disso, a ditadura desacelerou a reflexão acerca da arquitetura na cidade: as principais revistas em operação ao longo das décadas anteriores — em particular *Acrópole*, que concentrou grande parte da discussão dos setores dominantes do campo entre 1938 e 1971 — entraram em crise e foram fechadas permanentemente.

O campo da esquerda acadêmica em arquitetura, particularmente na FAU-USP, encontrava-se dividido na década de 1970 entre parti-

dários do programa “artiguista”, com uma visão forte acerca da importância do projeto e uma visão de vanguarda arquitetônica como linha de frente do desenvolvimento social e político, e um grupo de alunos que passa a fazer uma leitura própria da obra de Sérgio Ferro e das experiências da Arquitetura Nova,²¹ em grande medida críticos às limitações da visão modernista do papel do arquiteto e dos potenciais do desenho. O primeiro grupo, reunido em torno da revista *Desenho*; o segundo, da *Ou...* O antagonismo não poderia estar mais claro.

[21] Koury, 2003; Arantes, 2011.

Porém, algumas práticas e tendências do período começaram a abrir caminho para uma nova sensibilidade política entre os jovens arquitetos que levaria à renovação das práticas arquitetônicas nos anos seguintes, sobretudo na questão da habitação social. Evidentemente, isso não se dava em um vazio político: as esquerdas, mesmo acuada, refletiam sobre as janelas de oportunidade e as estratégias de oposição ao regime. A temática urbana passava a ocupar espaço importante nas discussões dos cientistas sociais na cidade, como se pode observar em um número crescente de obras que tomavam São Paulo como objeto fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas em curso no país, publicadas ao longo da década de 1970. Ademais, aos fins dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, os movimentos sociais urbanos iriam constituir-se como atores políticos fundamentais no processo de democratização da sociedade.

Essa série de novas práticas vai, aos poucos, estabelecendo um novo patamar de relações entre arquitetos e a população periférica da cidade que, em grande medida, abala a antiga gramática política do nacional-desenvolvimentismo associada ao brutalismo das décadas de 1950 e 1960. Essa gramática política emergente passa, com o tempo, a se associar a uma nova ideologia semiomaterial da arquitetura progressista na cidade, focada na experimentação e valorização de materiais e técnicas tradicionais, no caráter político do processo de construção e na participação e autogestão como paradigmas para a elaboração do projeto arquitetônico e gerenciamento da construção para habitação social.

PESQUISAS SOBRE O MORAR PERIFÉRICO

Já em meados da década de 1960, quando o debate acerca da necessidade de ações mais corajosas para a provisão de habitação social estava em voga e não havia sido atropelado pelas necessidades imediatistas do Banco Nacional de Habitação (BNH), havia uma percepção de que as discussões acerca da habitação popular, apesar de informadas pelos debates do modernismo internacional, careciam de algo essencial: um conhecimento mais realista acerca das populações das periferias da metrópole paulista, de suas formas de produzir suas

espacialidades, seus conhecimentos e técnicas de construção e suas práticas de habitar a casa e a cidade.

Duas pesquisas pioneiras, realizadas pelo arquiteto Carlos Lemos e pela socióloga Maria Ruth Sampaio, ajudaram a alavancar essa discussão de maneira fundamental. As pesquisas que resultaram nos relatórios “Pesquisas sobre habitação popular 1964-1965” e a sua versão expandida, “Habitação popular paulistana autoconstruída”, de 1970-1972, deitam um olhar ao mesmo tempo sociológico e arquitetônico sobre o ambiente construído das periferias da cidade. Como explicam os coordenadores da pesquisa, em prefácio escrito no início da década de 1990,

nos primeiros anos da década de 60, época em que proliferaram concursos visando projetos “modernos” para o velho problema da casa popular, julgamos oportuna uma pesquisa ligada à programação das casas autoconstruídas da periferia da cidade de São Paulo. Achávamos, com justa razão, que os projetos “eruditos” saídos das pranchetas civilizadas dos arquitetos, na verdade, não acolhiam as expectativas proletárias a respeito do que fosse a casa ideal.²²

[22] Sampaio; Lemos, 1993, p. 5.

No estudo, os autores apontam que,

ao ser programada esta pesquisa-piloto, desejava-se estudar a casa popular paulistana que tivesse sido projetada e construída sem a interferência direta ou indireta de empreiteiros ou engenheiros que, evidentemente, poderiam influir nas características dos planos originais. Queria-se, isso sim, estudar a casa onde estivessem refletidos, com toda a sua pureza, os desejos, gostos e ideais arquitetônicos e necessidades de seus moradores.²³

[23] Sampaio; Lemos, 1993, p. 13.

Essa primeira versão do estudo consistiu no levantamento e na análise de 122 casas “proletárias” em 1964 e 210 casas em 1965, a grande maioria das quais construídas pelos respectivos proprietários, todas em bairros periféricos da cidade em rápida expansão — as principais fronteiras de crescimento da cidade que ganhou caráter explosivo entre finais das décadas de 1940 e a década de 1970, em geral pelo loteamento e ocupação de loteamentos irregulares.

As observações acerca da moradia fornecem um grande panorama sobre as periferias de São Paulo no período — não só de seus aspectos construtivos, mas também demográficos e até mesmo, em algumas passagens, de histórias de vida. Os autores observaram, por exemplo, a prática comum de construir mais de uma moradia no mesmo lote, a fim de propiciar renda extra aos proprietários por meio do aluguel da residência suplementar, que em muitos casos compartilhava banheiros, latrinas e tanques de lavagem de roupas com a casa da família

proprietária.²⁴ Notaram também a primazia da cozinha e de outros espaços de convivência na habitação autoconstruída, tanto em termos construtivos (pelo espaço considerável ocupado no lote) quanto na sociabilidade das famílias — em detrimento da valorização “burguesa” do conforto à hora de dormir e do lazer individual,²⁵ o que, em termos projetuais, dava primazia aos dormitórios na prática dos arquitetos que serviam às classes médias.

Além disso, eles observaram que o construir da casa passa a enredar-se na história das vidas das famílias, já que, dadas as limitações orçamentárias e a preponderância do trabalho de autoconstrução apenas aos fins de semana e feriados, as casas vão “ficando prontas” ao longo dos anos: “O orçamento inicial permite, por exemplo, somente a feitura de dois cômodos fora a fossa da latrina e o poço de água potável. O ‘embelezamento’ da casa será providenciado na hora própria, quando o proprietário terminá-la e estiver mais folgado de dinheiro”.²⁶ Na pesquisa publicada em 1975, os autores observam que as casas periféricas, apesar da dominante atuação dos próprios proprietários na construção, ainda costumava contar com outras formas de agenciamento: 90% construíram com o auxílio de terceiros de algum tipo: 45% com auxílio de mão de obra contratada, 43,8% com auxílio da própria família e 11% em regime de mutirão, com membros externos à família.

As observações etnográficas são complementadas por um rico panorama de plantas e da análise quantitativa da composição e do uso dos espaços dessas residências e da ocupação de seus lotes. Ao contrário do que uma imaginação populista poderia supor — o que, nos estudos sobre a casa, encontra comum manifestação nos trabalhos acerca da arquitetura vernacular e, também, pós-moderna —, a pesquisa de Lemos e Sampaio não romantiza a casa popular, mas reconhece que ela é fruto, sobretudo, da escassez de recursos e da mobilização dos conhecimentos técnicos à disposição, além da negligência do poder público em participar do processo, seja na construção de moradias, seja na ordenação do espaço urbano. Essa negligência do Estado fazia com que as famílias de baixa renda tivessem que depender da oferta predatória do mercado imobiliário irregular e de seus próprios esforços para a obtenção da moradia.

Assim, a precariedade do espaço construído, fruto da tensão entre os limites materiais, políticos e técnicos, de um lado, e a imaginação e o sobretrabalho das famílias, de outro,²⁷ ganha contornos detalhados no estudo de Lemos e Sampaio: a distribuição precária dos cômodos, que costumava obedecer menos a uma lógica de melhor aproveitamento do espaço e mais à necessidade de sua construção módulo a módulo; a simplicidade e monotonia dos materiais, em geral adquiridos devido à “conveniência de preço” e à “proximidade da obra e rapi-

[24] Sampaio; Lemos, 1993, p. 14.

[25] Sampaio; Lemos, 1993, p. 73.

[26] Sampaio; Lemos, 1993, p. 15.

[27] Ferro, 2010; Oliveira, 1981.

[28] Sampaio; Lemos, 1993, p. 70.

[29] Sampaio; Lemos, 1993, p. 72.

[30] Sampaio; Lemos, 1993, pp. 63-64.

[31] Sampaio; Lemos, 1993, p. 64.

[32] Sampaio; Lemos, 1993, p. 75.

[33] “Das famílias inquiridas, 76,12% ouviram falar em BNH e de mais entidades financiadoras de casas populares. Apesar de conhecerem essa modalidade de aquisição financiada, 59,11% se recusam a morar em apartamentos oferecidos por aquelas entidades” (Sampaio; Lemos, 1993, p. 75). Um problema cultural, de acordo com os autores, em grande medida decorrente da origem rural da maioria das famílias. Contudo, eles apontam que isso não deveria levar a que o governo abrisse mão da construção de habitações coletivas, mas que fosse sensível à necessidade de transformação na organização social, econômica e cultural dessas famílias (Sampaio; Lemos, 1993, p. 78).

[34] Os relatórios jamais foram publicados como livro. A circulação dos resultados dessas pesquisas se deu a partir de publicações de baixa tiragem da FAU-USP e de cópias de menor circulação entre arquitetos e outros acadêmicos mais próximos dos autores (Sampaio; Lemos, 1993, 1978).

dez da entrega”,²⁸ e manipulados a partir de “uma técnica construtiva pobre baseada única e exclusivamente na alvenaria de tijolos”.²⁹ Há uma “exasperante monotonia de soluções construtivas e, apesar da diversidade de origem das pessoas entrevistadas essas soluções, do ponto de vista técnico, são sempre as mesmas”;³⁰ em suma, um “quadro construtivo medíocre e pobre, do ponto de vista técnico-construtivo e obviamente artístico, mas rico no que diz respeito aos interesses da sociologia e da antropologia”.³¹

Outro dado fundamental captado pelos pesquisadores e que dizia respeito diretamente à problemática da habitação social era a rejeição das soluções construtivas coletivas. Lemos e Sampaio concluem que:

*a aversão à habitação coletiva é generalizada e constitui antes de tudo um problema cultural [...]. Percebe-se que a noção de condomínio não é muito bem compreendida, principalmente no que diz respeito às áreas ideais de posse comum. Enfim, quem não está em cima de seu próprio chão não é dono de nada e, de mais a mais, há muita promiscuidade entre pessoas estranhas e famílias diferentes, de posses diferentes. O apartamento não pode “crescer”, não pode ser modificado e acrescido de cômodos suplementares. É perigoso para as crianças e, depois, torna impossível a horta familiar ou o galinheiro, para não falarmos dos cachorros e gatos.*³²

Essas observações eram fundamentais, em um momento em que o BNH repetia variações empobrecidas da torre residencial moderna pelo país — uma opção de morar que era recusada pela maioria dos moradores da periferia.³³

A pesquisa de Lemos e Sampaio, apesar de ter tido uma circulação bastante limitada,³⁴ praticamente circunscrita a arquitetos e cientistas sociais atentos à questão das periferias urbanas, foi peça fundamental na emergência de uma nova forma de relacionamento entre arquitetos e a população periférica em São Paulo — e, com isso, de uma nova articulação do “popular” de que, lentamente, passa a fazer parte o setor mais progressista do campo da arquitetura local. Isso se deve menos pelas sugestões finais dos autores — que defendem, entre outras coisas, a construção de residências populares que unifiquem os espaços de convívio (cozinha e sala, principalmente) e o investimento público em residências para aluguel —, mas principalmente pela nova prática instaurada, política e metodológica, de ir ao contato com essa população e esses territórios.

Esse tipo novo de prática de pesquisa em arquitetura, com suas sementes de uma gramática política emergente, desdobra-se em ao menos três dimensões ao longo dos anos seguintes: a elaboração de um pensamento crítico, de viés marxista, acerca da produção da casa popular; a ampliação dos estudos de campo sobre o viver periférico

que informaria as práticas de uma nova geração de arquitetos e urbanistas de esquerda; e as primeiras experimentações com técnicas construtivas e uma política da construção nos laboratórios de habitação. Apresento brevemente cada um desses processos a seguir. Essas três dimensões, por fim, só se tornariam socialmente relevantes com a ascensão dos movimentos de moradia e de reforma urbana ao longo dos anos 1970 e 1980.

SÉRGIO FERRO, FRANCISCO DE OLIVEIRA E

A ASCENSÃO DE UM URBANISMO MARXISTA

A pesquisa inicial de Lemos e Sampaio impactou de forma crucial a abertura da visada sobre o popular e sobre a produção do espaço urbano no campo arquitetônico no período. Um primeiro exemplo importante desse impacto está no texto “A produção da casa no Brasil”, escrito em 1969, mas publicado apenas em 1972,³⁵ uma das intervenções mais importantes de Sérgio Ferro nos debates da esquerda arquitetônica no período. Como aponta o autor, a técnica herdada e a necessidade da escolha de materiais de baixo custo constituem uma situação de urgência, que elimina a inovação — um verdadeiro reencontro com técnicas pré-históricas, que gera um “depósito obrigatório de infinitas carências”.³⁶ Além de passar em revista o programa material da casa popular, Sérgio Ferro já aponta uma temática central para o debate acerca da produção da casa popular nas discussões das décadas seguintes: a autoconstrução, seja familiar, seja em regime de mutirão, leva a um rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho, o que permite um aumento na taxa de lucro dos capitalistas brasileiros via o rebaixamento do salário real do trabalhador.

Essa temática seria central à reflexão marxista no campo do urbanismo paulista ao longo dos anos 1970, em grande medida sintetizada na obra *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*.³⁷ Mas, talvez de forma ainda mais impactante, é o longo artigo “A economia brasileira: crítica à razão dualista” (1972), de Francisco de Oliveira, que transforma a pesquisa de Lemos e Sampaio e a observação de Sérgio Ferro acerca do rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho no germe de uma interpretação de país — e, mais tarde, num fundamento para a crítica da autoprodução da moradia, mesmo em regime de mutirão autogerido. A obra é imensamente influente para a geração de jovens arquitetos que começavam a desdobrar o gesto de ir até a periferia que havia, de alguma forma, sido inaugurado com a obra de Lemos e Sampaio e que se tornariam nas décadas seguintes agentes fundamentais na articulação entre arquitetos e movimentos sociais urbanos periféricos — entre os quais Nabil Bonduki e Raquel Rolnik. De forma mais ampla, o artigo de Oliveira fornece um marco referen-

[35] Apesar de o relatório só ter sido publicado em 1978, os resultados da pesquisa de 1964-1965 circularam entre os professores da FAU-USP e outros acadêmicos em São Paulo, o que explica o fato de os trabalhos de Francisco de Oliveira e Sérgio Ferro já terem se baseado parcialmente neles.

[36] Ferro, 2006a, p. 63.

[37] Maricato, 1982; Arantes, 2009.

cial para uma série de trabalhos investigativos de cunho sociológico, mas com imensa sensibilidade urbanística e para o espaço construído periférico, sobretudo *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*, coordenado por Lúcio Kowarick e Vinicius Caldeira Brant.

IR À PERIFERIA: A DISSEMINAÇÃO DA PESQUISA ENGAJADA

O engajamento com a periferia se amplia quando uma nova geração de professores da FAU-USP, e em especial Ermínia Maricato, começa a levar os alunos em viagens de campo até esses espaços, em meados da década de 1970, como parte de disciplinas de graduação. Dessas visitas, começam a surgir novos levantamentos sobre o viver periférico e a casa popular. Como conta Nabil Bonduki, “a Raquel [Rolnik] e eu ficamos fascinados e, com orientação do Lúcio, formulamos um projeto de pesquisa de iniciação científica para ir à periferia estudar o processo de formação dos loteamentos clandestinos e de produção da casa autoconstruída, o que fizemos em 1977”.³⁸ Dessa pesquisa surgiria o livro *Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho* (1979).

[38] Bonduki, 1986, p. 229.

Apesar de se dar em grande medida no rastro do trabalho de Francisco de Oliveira, a pesquisa de Bonduki e Rolnik é ambígua quanto ao potencial progressista da autoprodução da casa popular. Na verdade, em choque com o núcleo central da teoria de Oliveira, os jovens autores passam a destacar que,

*ao produzir sozinho sua casa, o trabalhador cria um valor de uso, apropriado totalmente por ele, e que é, potencialmente, uma mercadoria, pois pode ser comercializado a qualquer momento [...]. Se, numa primeira instância, a habitação resultante dessa operação é produzida como valor de uso, passa a ter um valor de troca quando é mercantizada, através da venda e da locação, muito frequentes. Se a autoconstrução tem sua origem nos baixos salários, ao generalizar-se, institucionaliza essa baixa de salários. Há, portanto, um sobretrabalho implícito ao processo, mas este não se encontra no trabalho de construção da habitação propriamente dito e sim na diminuição da magnitude do trabalho necessário na jornada cotidiana de trabalho, possibilitada pela eliminação do gasto mensal equivalente ao aluguel.*³⁹

[39] Bonduki; Rolnik, 1979, p. 129.

A citação acima, apesar de parecer mais uma intervenção técnica em um debate de cunho econômico marxista, aponta para uma virada conceitual no campo da arquitetura e do urbanismo paulistas para a elaboração de uma gramática política e uma série de formas materiais e construtivas de engajamento com as populações periféricas que seria firmada ao longo da década seguinte. Nessa nova gramática, os mutirões autogeridos assumem papel central e passam a ser vistos

como espaços positivos de produção da cidade e de formação de novas subjetividades políticas. O aprendizado dessas novas práticas e a elaboração dessa nova gramática também sofreram direta influência do movimento de cooperativas habitacionais de ajuda mútua do Uruguai. Esse movimento foi primeiramente apresentado ao setor progressista do campo arquitetônico de São Paulo no Simpósio Latino-Americano de Racionalização da Construção e Sua Aplicação às Habitações de Interesse Social, realizado no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) em 1981. Influenciado por essa experiência, o jovem engenheiro Guilherme Coelho visitaria o Uruguai em seguida e registraria em vídeo a experiência dessas cooperativas — registro que influenciaria tanto o projeto de autogestão na Vila Nova Cachoeirinha, em que Coelho estava envolvido, como diversos outros projetos nas periferias de São Paulo ao longo dos anos 1980, quando a exibição do vídeo passou a ser cartão de visita comum nos intercâmbios entre jovens arquitetos progressistas e movimentos de moradia.⁴⁰

[40] Baravelli, 2006.

Dessa forma, essa nova geração de arquitetos progressistas absorve a crítica de Oliveira de que o mutirão seria a dimensão construtiva da exploração em nosso capitalismo periférico, porém também apresenta o potencial de conformar-se enquanto espaço de uma pedagogia política. Ou seja, mutirões autogeridos, ao mesmo tempo que eram organicamente ligados aos processos de espoliação da força de trabalho, poderiam constituir-se enquanto “territórios de utopia”.⁴¹

[41] Bonduki, 1986.

LABORATÓRIOS DE HABITAÇÃO E O ENCONTRO DOS ARQUITETOS E MUTIRÕES

Em 1975, o Sindicato dos Arquitetos de São Paulo promove a primeira tentativa mais organizada de trabalhar com uma comunidade da periferia, em São Miguel Paulista. A direção do sindicato convida Joan Villà, arquiteto catalão que se formara no Mackenzie e, entre fins dos anos 1960 e início dos 1970, retornou à Europa para fugir da perseguição do regime militar, dado que havia sido militante no Partido Comunista no Brasil. Villà, na Espanha e na Itália, tomara contato com as experiências de cooperativas de arquitetos, muitas das quais de inspiração anarquista, que trabalhavam com comunidades de baixa renda naqueles países. Junto de Jorge Caron e Alfredo Paesani, Villà forma a Cooperativa do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo. Villà relata os desafios de aproximação entre arquitetos e comunidade no início dessa experiência pioneira:

[...] tenho uma reunião com todos os padres da diocese e vou expor a coisa para eles e o que eu vou propor, espero que eles aceitem, é que, nas missas de domingo, durante um mês eles anunciem que vocês virão aqui e tal, tal... uma coisa curiosíssima porque, no salão paroquial, que era um

espaço muito grande, foi montada uma mesa com cadeiras, como se fosse um Poupatempo, sabe?... Bom, aí, isso aconteceu durante uma série de domingos, muitos domingos, e a mecânica era sempre a mesma; os arquitetos atendiam as pessoas e organizavam o trabalho que, depois, às noites no sindicato, na sede do sindicato, que era na rua Avanhandava, se lia tudo aquilo e se distribuíam trabalhos etc. etc. Havia de tudo, quer dizer, desde gente que estava com a casa caindo porque tinha uma infiltração ou porque tinha um córrego pequeno, canalizado, que estava invadindo o terreno, tinha gente que queria ampliar... e na opinião de outros, aquilo caminhava pro fracasso. (Villà, entrevista ao autor)

Essa experiência, uma das primeiras quebras mais institucionalizadas na enorme distância que separava geográfica, cultural e politicamente o campo da arquitetura e as lutas por moradia na periferia, no entanto, tem sucesso bastante limitado. Segundo Villà,

fundamentalmente porque era uma coisa muito ingênua... Nenhum dos arquitetos tinha, jamais, posto o pé num lugar que fosse mais distante de três ou quatro quilômetros da praça da Sé; a maioria morava em bairros como Pinheiros, Perdizes etc. etc. Ou seja, da periferia, nem por cinema... De cara, era entrar num universo absolutamente desconhecido, e a outra coisa que também vi muito claramente, era um absoluto e total despreparo em projetar com poucos recursos. (Villà, entrevista ao autor)

Porém, essa atividade-piloto ajuda a dar forma a outros importantes espaços de renovação das práticas arquitetônicas no período. Alguns envolvidos na atividade-piloto da cooperativa, principalmente Jorge Caron e Villà, fundam o curso de arquitetura da Faculdade de Belas Artes, em 1979 — o terceiro curso de arquitetura na cidade. Esse é um momento de expansão do ensino universitário em todo o país, e particularmente nos grandes centros urbanos. A área de arquitetura e urbanismo também vive à época essa expansão, o que leva, indiretamente, a uma relativa diminuição de seu caráter elitista. Na Belas Artes, Villà coordenou o Laboratório de Habitação — a primeira experiência do tipo, bastante renovadora nas práticas de projeto e nas práticas de intercâmbio com as populações periféricas e com os movimentos de moradia, em ampla expansão no período.

Os princípios do laboratório ficam bastante claros em um documento de 1982, apresentado no 12º Congresso Brasileiro de Arquitetos:

O Laboratório de Habitação tem por objetivo central a formação de novos quadros profissionais capazes de intervir na realidade brasileira contemporânea, a partir da produção material da arquitetura e do espaço urbano, [...] desenvolver a experimentação do ensino e da pesquisa

*aplicada, [...] uma opção consciente e possível de um trabalho dirigido e subordinado às necessidades das amplas parcelas da população [...].*⁴²

[42] Pompéia, 2007, p. 12.

Essa soma de princípios é a expressão de uma emergente gramática política na esquerda do período, renovada pela emergência de novos atores sociais organizados e pela luta pela democratização. Ela tem como correspondente uma série de técnicas e materiais, uma soma de práticas semióticas e materiais de arquitetura e construção que passa a mediar a produção de novos bairros e conjuntos periféricos em toda a metrópole nos anos seguintes — quando a experiência do laboratório se desdobra em uma série de cooperativas e outras organizações de jovens arquitetos que passam a projetar com movimentos sociais nas periferias. Essas novas práticas são motivadas pela tentativa do desenvolvimento de métodos construtivos mais baratos e inspirados nas técnicas populares de construção: o solo-cimento (semelhante à taipa de pilão) e, mais tarde, a experimentação com blocos de concreto pré-fabricados em canteiro. Além disso, essas cooperativas e novos laboratórios — também inspirados pela experiência uruguaia — passam a desenvolver uma concepção nova sobre como projetar com a comunidade e construir em mutirão.

OS MUTIRÕES, NOVAS ARTICULAÇÕES DO POPULAR E A CONTINUIDADE DA TENSÃO ENTRE DUAS SOLUÇÕES

Adécada de 1970, em São Paulo, marca um início da passagem entre dois programas para a habitação social — programas que conformam diferentes práticas de projeto e construção, de interação entre profissionais da cidade e movimentos populares, e uma nova conformação sobre o popular. No início dos anos 1980, os movimentos de moradia ganham imensa força, protagonizando uma série de ocupações em toda a Região Metropolitana de São Paulo. Esse é também o momento em que, após o pioneirismo do laboratório da Faculdade de Belas Artes, surgem outras iniciativas, como o Laboratório da Unicamp — também coordenado por Villà, com alguns membros mais jovens que anos depois fundariam a Usina, uma das mais importantes assessorias técnicas que trabalham com uma diversidade de movimentos de moradia. Além disso, no início da década de 1990 alguns dos alunos e professores do laboratório (Nabil Bonduki, por exemplo) trabalharão na Secretaria Municipal de Habitação na gestão Luiza Erundina, momento no qual o mutirão autogerido com apoio técnico ganha respaldo institucional e financiamento mais substancial.

Um novo programa político e construtivo só vai se estabelecer de forma mais madura ao longo dos anos 1980 e no início da década de 1990, sobretudo devido à convergência e complementaridade entre a atuação

[43] Ver, por exemplo, Oliveira, 2006; Ferro, 2006b; Lopes, 2006; Carvalho, 2004.

Recebido para publicação
em 07 de abril de 2015.

Aprovado para publicação
em 30 de outubro de 2016.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

106, novembro 2016
pp. 31-50

dessa nova geração de arquitetos progressistas e movimentos urbanos em expansão ao longo daquela década. Evidentemente, um terceiro fator é o crescente espaço dedicado a esse tipo de atividade pelas administrações estaduais (como Franco Montoro) e municipais (sobretudo Luiza Erundina) no processo de abertura democrática no país.

Assim, essa discussão sobre o caráter político do mutirão autogerido e com assistência técnica de profissionais comprometidos com esse projeto não se esgotou nos anos 1970 e 1980: até hoje esse tema é discutido entre lideranças populares de movimentos de moradia e entre arquitetos e cientistas sociais que tratam da questão.⁴³ Isso fica claro nas discussões recentes acerca do Programa Minha Casa Minha Vida. O programa é fundamentalmente orientado pela ideia de que o problema da habitação é quantitativo (o “déficit habitacional”) e deve ser resolvido a partir de uma articulação entre mercado imobiliário e Estado. O programa relega a autogestão e a participação efetiva de movimentos de moradia na produção da habitação popular a uma modalidade com poucos recursos, o Minha Casa Minha Vida – Entidades, além de desconsiderar quase por completo outras dimensões do direito à cidade para além do acesso à moradia própria — em geral, esta também de baixa qualidade. Esses dilemas mostram que a tensão programática apontada neste artigo continua a impactar a teia política, técnica e social a partir da qual se dá a produção do espaço urbano no Brasil.

JOSÉ HENRIQUE BORTOLUCI é professor da Fundação Getúlio Vargas – SP e doutor em Sociologia pela Universidade de Michigan.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acayaba, Marlene M. “Brutalismo caboclo e as residências paulistas”. *Projeto*, n. 73, pp. 46-48, 1985.
- Aranes, Pedro Fiori. “Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970”. *Novos Estudos — Cebrap*, n. 83, pp. 103-127, 2009.
- . *Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- Artigas, João Batista Vilanova. *A função social do arquiteto*. São Paulo: Nobel, 1989.
- . *Caminhos da arquitetura*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- Banham, Reyner. *Theory and Design in the First Machine Age*. 2. ed. Cambridge, MA: The MIT Press, 1980.
- Baravelli, José Eduardo. *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — FAU-USP, São Paulo, 2006.
- Bastos, Maria Alice Junqueira; Zein, Ruth Verde. *Brasil: arquiteturas após 1950*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- Benevolo, Leonardo. *History of Modern Architecture*. v. 2: The Modern Movement. Cambridge, MA: The MIT Press, 1977.
- Bernardet, Jean Claude. *Cineastas e imagens do povo*. Brasiliense, 1985.
- Boltanski, Luc; Thévenot, Laurent. *On Justification: Economies of Worth*. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- Bonduki, Nabil. *Construindo territórios de utopia: a luta pela gestão popular em projetos habitacionais*. São Paulo: FAU-USP, 1986.
- Bonduki, Nabil; Rolnik, Raquel. *Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho*. São Paulo: FAU-USP, 1979.
- Brandão, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista — 1920-1964*. São Paulo: Hucitec, 1997. (Estudos Brasileiros 32).
- Cardoso, Fernando Henrique; Singer, Paul Israel. *Cultura e participação na cidade de São Paulo*. São Paulo: Cebrap, 1975.

- Carvalho, Caio Santo Amore. *Lupa e telescópio: o mutirão em foco*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — FAU-USP, São Paulo, 2004.
- Dedecca, Paula Gorenstein. "A ideia de uma identidade paulista na historiografia de arquitetura brasileira". *Pós — Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, v. 19, n. 32, 2012a. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/52457>. Acesso em: 19 jan. 2016.
- _____. *Sociabilidade, crítica e posição: o meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate do moderno em São Paulo (1945-1965)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — FAU-USP, São Paulo, 2012b.
- Engels, Friedrich. *The Condition of the Working Class in England*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- Ferro, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. Org. de Pedro Fiori Arantes. São Paulo: Cosac Naify, 2006a.
- _____. "Nota sobre 'O vício da virtude'". *Novos Estudos — Cebrap*, n. 76, p. 229-234, 2006b.
- _____. *A história da arquitetura vista do canteiro: três aulas de Sérgio Ferro*. São Paulo: GFAU, 2010.
- Fontes, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- Frampton, Kenneth. *Modern Architecture: A Critical History*. Nova York: Thames & Hudson, 2007.
- Gieryn, Thomas F. *Cultural Boundaries of Science: Credibility on the Line*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.
- Keane, Webb. *Signs of Recognition: Powers and Hazards of Representation in an Indonesian Society*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- Koury, Ana Paula. *Grupo Arquitetura Nova: Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro*. São Paulo: Romano Guerra, Edusp, Fapesp, 2003.
- Kowarick, Lúcio. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1976.
- Laclau, Ernesto. *On Populist Reason*. Londres: Verso, 2007.
- Laclau, Ernesto; Mouffe, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. 2. ed. Londres: Verso, 2014.
- Latour, Bruno. *Pandora's Hope: Essays on the Reality of Science Studies*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.
- Lopes, João Marcos. "O anão caolho". *Novos Estudos — Cebrap*, n. 76, pp. 219-227, 2006.
- Maricato, Erminia (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais, série 1a, v. 1).
- Miller, Daniel. *Materiality*. Durham, NC: Duke University Press, 2005.
- Oliveira, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. "O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil". *Novos Estudos — Cebrap*, n. 74, pp. 67-85, 2006.
- Pompéia, Roberto Alfredo. *Os laboratórios de habitação no ensino da arquitetura: uma contribuição ao processo de formação do arquiteto*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — FAU-USP, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16132/tde-18092007-165259/>. Acesso em: 19 jan. 2016.
- Rosso, Teodoro. "Um imperativo inadiável: a industrialização da construção". *Acrópole*, n. 280, pp. 31-33, mar. 1962.
- Sampaio, Maria Ruth Amaral de; Lemos, Carlos Alberto Cerqueira. *Habitação popular paulistana autoconstruída*. São Paulo: FAU-USP, 1978.
- _____. *Casas proletárias em São Paulo*. São Paulo: FAU-USP, 1993.
- Wisnik, Guilherme. "Doomed to Modernity". In: Andreoli Elisabetta; Forty, Adrian (Orgs.). *Brazil's Modern Architecture*. Londres: Phaidon, 2004.
- Xavier, Ismail. *Sertão mar: Glauber Rocha e a estética da fome*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

publicações

Cadernos de Pesquisa

Estudos em Avaliação Educacional

Coleção Textos FCC



Fundação Carlos Chagas

www.fcc.org.br